

A VELHA GUARDA

Orgão local do Partido Republicano Português

Editor:

Propriedade da Empresa de A Velha Guarda

Redactor principal:

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES

AGOSTINHO F. ROCHA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: — RUA ELIAS GARCIA, 40 — Composto e impresso na Tip. de A VELHA GUARDA — Rua Elias Garcia, 45 — GUIMARÃES

Situação grave

Deve merecer-nos, neste momento, o máximo dos cuidados e atenções a solução do difícil problema do fornecimento do pão ao público.

O milho, até hoje obtido pela Câmara, tem ficado por preço superior a 3\$50 cada 15 quilos e, o preço por que o fornece aos padeiros, para que estes possam vender o pão a \$14, tem sido de 2\$85, cada 16 quilos.

A Câmara vende, diariamente, cerca de 4600 quilos, do que lhe resulta um prejuízo de 254 escudos por dia. Mantendo-se esta situação, no fim dum mês, o prejuízo será de perto de oito contos.

É possível que se consiga adquirir milho por menos 15 a 20 centavos cada 15 quilos, mas também é certo que a distribuição diária de 4600 quilos de milho por dia está longe de chegar para o abastecimento do povo. Havendo milho, a distribuição tem de ser elevada talvez ao dobro e o prejuízo, embora o milho de Vieira passe a custar, posto aqui, 3\$25, será muito maior do que os 254 escudos diários.

Onde ir buscar receita para cobrir tal prejuízo?

Ha uma maneira de o atenuar que é a do Celeiro adquirir outros géneros, como arrós, batata, açúcar, etc., e vendê-los com lucro. Isso se vai tentar, havendo-se já comprado e devendo chegar, em breve, a esta cidade alguns vagões desses artigos. Mas o lucro não poderá ser grande, porque se trata também de substâncias para classes que não estão em condições de as poderem pagar por preços elevados, nem a concorrência comercial o consentiria. Subsiste, portanto, sempre o prejuízo.

O milho colonial e argentino, que se espera, não ficará por preço inferior a três escudos cada 15 quilos, segundo os cálculos feitos; continuará, portanto, a ser avultado o prejuízo da Câmara e não andaremos muito longe da verdade calculando que, em Setembro, quando se fizer a colheita, o déficit da Câmara, proveniente da resolução tomada de vender o pão a \$14, será de 30 a 40 contos. É muito para os recursos financeiros de que pôde dispor o nosso Município.

Mas não é só sob o aspecto financeiro da questão que este assunto é grave. Talvez mais grave ainda é o facto de que até, pelo menos, meados de Maio, dificilmente se obterá milho, caro ou barato. A delegação dos abastecimentos no Pórtico declarou que nem dum quilo de milho colonial poderia dispor para o distrito de Braga, até princípios de Maio, e que nos devíamos dar por satisfeitos por não fazer seguir, para o Pórtico, parte do milho dispo-

nível de Vieira e Vila Verde! O sr. Governador Civil está tomando as mais enérgicas providências para conseguir da Delegação do Pórtico que mande para aqui algum milho, mas, infelizmente, parece que não terão bom êxito os seus esforços, porque as necessidades do Pórtico, também, são enormes.

O Celeiro de Guimarães tem exgotados os 40 carros de milho que recebeu de Vieira e, só no princípio da semana que entra, de Vieira poderão comunicar quando estarão prontos a vir para aqui, 50 carros já prometidos; e, entretanto, que esses carros não chegam, não haverá milho.

É grave, portanto, a situação e é preciso muito boa vontade da parte de todos, muita serenidade e muito bom senso, para podermos fazer-lhe face.

Não queremos aterrorisar, mas entendemos que é conveniente dizer a verdade, para que não haja surpresas. Há a certeza de que, dentro de duas a três semanas, haverá tanto milho quanto se queira, embora caro, mas, enquanto esse milho não chega, teremos de, pacientemente, nos irmos remediando com o que venha de Vieira e que, não se destinando só para Guimarães, pois outros concelhos há no distrito em condições idênticas às do nosso, há-de chegar com atraso e em porções bem inferiores às do consumo deste concelho.

Sabemos que, da parte da Câmara, se farão todos os esforços possíveis para atenuar a gravidade da situação, e exalá se realise a possibilidade, que admitimos, de o conseguir, mas o que é certo é que o momento é deveras preocupante.

Concelho de Vizela

Não tem fundamento o boato que correu de que se tratava, em Lisboa, da criação do concelho e comarca de Vizela.

Ainda mesmo que se não quizesse tomar em consideração que o ilustre Presidente do Ministério, Dr. Domingos Pereira, sendo um grande amigo de Guimarães, com quem este concelho pôde sempre contar, nunca poderia concordar com qualquer medida que nos viesse prejudicar, o conhecimento da lei que regula a criação de novos concelhos devia fazer-nos pôr de parte um boato que, de nenhuma forma, poderia fundamentar-se. Por isso mesmo lhe não fizemos alusão, no nosso último número.

Visto, porém, que o alarme foi lançado, temos de vir sossegar o povo amigo desta terra, afirmando-lhe que, por agora, não há motivo para sustos.

A criação de novos concelhos só pode ser autorizada pelo Poder Le-

gislativo e ainda nas condições seguintes:

- 1.ª Ser requerida por um terço e votada por dois, pelo menos, dos cidadãos eleitores da freguesia;
- 2.ª Ficar o novo concelho composto de 10:000 habitantes, pelo menos;
- 3.ª Mostrar que disporá dos meios de receita, por contribuição predial, indispensáveis para a satisfação integral dos encargos obrigatórios;
- 4.ª Provar que os concelhos de origem não sofrem redução abaixo do mínimo de 10:000 habitantes, nem ficarão privados de recursos para os seus encargos.

O referendun a que se refere a primeira condição teria de ser previamente anunciado e realizado com as formalidades determinadas na lei e que são idênticas às de qualquer eleição política ou administrativa. Nada se poderia fazer, pois, em segredo.

A criação dum novo concelho em dâadura é tal absurdo que nem por hipótese se deve admitir.

Mesmo, portanto, sem se procurar averiguar a veracidade do boato, devíamos repeli-lo; mas, realmente, ninguém, nesta ocasião, tratou de tal assunto.

VARIANTES

Marinheiros portugueses

Quando há anos, ainda na vigência do regime monárquico, se manifestou a bordo do cruzador D. Carlos a insubordinação dos marinheiros que compunham a sua guarnição, era já bem conhecido o espírito liberal e republicano da marinha de guerra portuguesa, que, destarte, afirmava eloquentemente o seu protesto e a sua incompatibilidade com esse regime.

Passando a botrasca, depois dos conselhos de guerra, onde o Dr. Magalhães Lima, o apóstolo veemente e inquebrantável da Democracia, pôs a sua palavra calorosa e ardente em defesa dos revoltosos de então, vemo-los, passados poucos anos, iniciar e vencer a generosa revolução de 5 de Outubro de 1910. Vemo-los, depois, vencer na revolução de 14 de Maio de 1915 e ultimamente triunfar mais uma vez, esmagando, com o concurso do povo de Lisboa, a traição monárquica de Monsanto, desfecho trágico da aventura de 5 de Dezembro.

São estes os heróicos marinheiros que a situação dezebrista vexou e atirou para a África, como depredados, pelo único crime de terem sabido honrar a sua farda, de terem a dignidade e a altivez do seu brio militar, combatendo o movimento iniciado no Parque Eduardo VII ao lado e em defesa do governo legal da República.

Foram considerados rebeldes,

êles, que sabendo então, pelas afirmações dos revolucionários, que era de baixo da bandeira da República que se feria a luta, que essa luta era entre republicanos, depuzeram as armas e aguardaram serenos o procedimento dos novos detentores do poder.

Foram vencidos? Não.

Lutaram só pela República e pelos princípios republicanos e não em favor de nenhum partido ou determinada facção política.

O batalhão de marinheiros, terror do dezebrismo, depois de muitos meses de permanência nas paragens inhóspitas da África, regressou enfim a Lisboa, volve de novo à Pátria que, durante a sua ignominiosa deportação, soube honrar e dignificar, como é timbre da gloriosa Corporação da Armada Portuguesa.

Regressaram os descendentes autênticos dos navegadores e descobridores de antigas eras, levando o pendão glorioso das Quinas a todos os recantos do Globo, nos legaram, através de mil perigos e afrontando o furor das procelas, a mais bela e brilhante das epopeias marítimas.

A cidade de Lisboa, que tem um culto quasi religioso pelos seus valerosos marinheiros, recebeu-os com delirio, com entusiasmo, com flores! Foi uma apoteose, uma consagração justíssima e significativa também do protesto veemente contra os seus perseguidores.

E agora, marinheiros da República, que a encontráis salva da perda e miserável traição monárquica, os vossos corações de patriotas e de republicanos devem exultar de alegria e não-de sentir-se felizes e orgulhosos por lhes poderem prestar ainda e sempre o vosso abnegado esforço, dar por ela o vosso sangue e a vossa vida. — Portugal confia em vós!

A vossa fé viva no ideal da Democracia, o vosso patriotismo e a vossa clássica bravura são a melhor garantia de que haveis de defender, sempre e em toda a parte, a gloriosa bandeira verde-rubra da Pátria e da República!

A. R.

Nós e o sr. Cónego

Zangou-se muito o sr. Cónego com as oito linhas que publicamos aqui, no nosso último número, acerca de imperinentes e caricaturadas lições com que está vindo a público e que, pelo menos as que diz se tem de cortesia, melhor faria guardando-as para si. Não tivemos, com o que escrevemos, qualquer propósito de o magoar nem de apreciar o seu ensino no Liceu, e, por isso, muito nos surpreenderia a nova folha avulsa que essas poucas linhas lhe provocaram, se não tivessemos percebido, já, que o sr. Cónego é um doente, facilmente irascível e muito rabugento. O nosso fim era, simplesmente, com a publicação dessa pequena local, explicar ao público a razão de deixarmos sem resposta o que resposta não merecia.

O sr. Cónego, com todo o seu latim e vasta coleção de historietas, não conseguirá fazer-nos perder a serenidade, por mais raiyo-

so, abespinhado e injustamente agressivo que se nos apresente. Não o acompanharemos, portanto, nas suas longas e descabidas digressões, a pretexto dum assunto que a evidência dos factos mostrou ter sido por nós tratado com inteira verdade, e as quais só tem servido para mostrar que o sr. Cónego de agora está longe de se parecer, em graça, argúcia e elegância de forma, com o polemista distinto que outrora foi. Com sincero desgosto o constatamos.

É, relativamente ao caso dos telegramas ao Presidente do Ministério, nada mais temos que acrescentar ao que já dissemos em artigo de fundo de 30 de Março, pois o sr. Cónego, apesar de tanto ter escrito já, não conseguiu fazer surgir uma única dúvida acerca da exactidão do que nesse artigo se expõe.

O sr. Cónego fez acusações graves e publicas no seu telegrama; é o sr. Cónego que tem obrigação de provar a verdade das suas acusações e é grosseira habilidade querer fazer incidir sobre outros obrigações que o sr. Cónego é o primeiro a não cumprir; quem alega é que tem de provar. O sr. Cónego, tendo feito afirmações que lhe foram contestadas, tinha de mostrar que eram verdadeiras e, para isso, pode-lo-ia auxiliar o testemunho dos próprios cavalheiros que cita na sua folha volante de formato maior, se pata tal se prestassem.

Ninguém julgue que, dizendo isto, também queremos dar uma lição; essa petulância deixamo-la íntegra para o sr. Cónego; sabemos quanto lhe agrada te-la para si como exclusivo e, com prazer, pela que nos diz respeito, lhe fazemos a vontade.

Continuo o sr. Cónego, se quiser, na certeza, porém, de que, dificilmente, nos obrigará a voltar ao assunto, que está suficientemente esclarecido e cuja discussão, nos termos em que o sr. Cónego a collocou, a ninguém aproveita.

Estação do correio

Como prometemos não largar de mão este assunto, já mal cheiroso, da infamíssima espelunca que pomposamente designamos por estação do correio, vimos justificar-nos da nossa falta, por já se terem publicado alguns números de «A Velha Guarda» sem que teihâmos nada sobre o assunto, embora involuntariamente, pois que isso se deve, unicamente, ao facto de se não ter ficado não ter tido espaço disponível nesses números, que saíram, com excepção do último, apenas com duas páginas.

Dadas estas necessárias explicações aos nossos leitores e especialmente ao nosso estimado e distinto colaborador do «Gil Vicente», que também é Gil, dir-lhe-hemos que não desanimamos da campanha, antes pelo contrário! Agora é que tivemos de malhar no caso como quem malha em cento e vinte porque justamente nos interessamos, e muito, pelo progresso e engrandecimento da nossa terra.

A propósito, demos, por acaso, com a notícia que transcrevemos de um jornal de Aveiro, e que nos deve dar redobrada força para gartarmos em altos brados:

**Abaixo a espelmea da Estação do Correio!
Fora com essa vergonha!**

El-la:
A Associação Commercial desta cidade dirigiu o seguinte officio ao sr. administrador geral dos correios:

«Ex.º Sr. Antonio Maria da Silva, illustre Director d. s. Correios e Telégrafos—Lisboa:

Não temos em mente declarar a V. Ex.º o que de V. Ex.º muito bem é sabido, isto é, que a cidade de Aveiro, capital de distrito, é uma das terras que se destaca acima de todas as outras capitais de distrito provincianas pelo grandissimo movimento que dá a rede telegráfica.

Dizer isto a V. Ex.º seria lançarmos nos inconsideravelmente numa situação bem pouco de apetezer, pois V. Ex.º bem coahece, e até com maior rigor do que nós, que não há exagêra nas nossas palavras.

Mas, Ex.º Sr., a cidade de Aveiro, capital de distrito, berço da liberdade, pois aqui foi erguido o primeiro grito contra o absolutismo; a cidade de Aveiro, que não tem desmerecido das suas nobres tradições liberais, tradições hoje ainda mais afirmadas perante todo o país, mas afirmadas heroicamente nos dias agitados por que a República acaba de passar; a cidade de Aveiro, que tendo a tenaz resistência da sua população e heroica defesa da sua reduzida guarnição, mereceu o brilhante lugar na defesa das instituições republicanas—foi galardoada com o grau de Oficial da Ordem da Torre e Espada do Valor da Lealdade e Mérito—entende, e esta Associação com ella irmanada na consecução de tudo o que para esta cidade venha a ser um melhoramento de utilidade pública, a cidade de Aveiro, de que nós fazemos portavoiz, julga que na presente conjuntura nos é licito chamar a atenção de V. Ex.º para a miseravel indignidade do edificio onde aqui se encontra instalada a estação telegraphica-postal.

Não exageramos chamando-lhe instalação indigna e miseravel, pois que V. Ex.º com facilidade pôde tomar conhecimento directo do que aquillo é.

E esta Associação, que traçou como lema não perder ensejo algum de ser útil a esta cidade e ao país, contribuindo com o seu concurso, e na medida das suas forças, para que o regime se prestigie pela acertada determinação de melhoramentos publicos de incontestavel necessidade e inadiavel execução, vem respectivamente pedir a V. Ex.º se digno mandar aqui pessoa idônea fazer o estudo das condições em que se acham instaladas as diversas repartições dos correios e telégrafos.

Não creê esta Associação que o resultado dum tal estudo seja contrario à justiça com que Aveiro há muito reclama a transformação radical do edificio, acanhadissimo em que há larguíssimos anos tão importante e venturosa repartição publica se encontra instalada... e de quando em quando remendada com pintura e rede de arame, que é o que se tem obtido quando se instava pela transformação radical pedida e sempre reconhecida inadiavel.

Temos fé em que V. Ex.º nos ouvirá não só neste importante assunto, mas ainda no de ordenar o estabelecimento aqui de um posto telephonico que ponha a cidade em comunicação com Lisboa e Porto.

Outro melhoramento de utilidade incontestavel em que esta Associação tem igualmente o mais justo interesse e que se lhe não afugra de difficil resolução.

Espera, pois, esta Associação que V. Ex.º não deixará de patrocinar valiosa e eficazmente a realização não demorada de tão justas aspirações, até hoje não vistas, apesar dos mais sorridentes promettimentos, converti tos em realidade.

Saude e Fructosidade.—O Presidente da Direcção, Manuel Lopes da Silva Guimarães.

Que nos diz a isto, presado sr. Gil?

Que faz também, que não dança, a Associação Commercial de Guimarães?

—Ou para que servirá aquella corporação?

—Era o que gostaríamos de saber.

Pois fique toda a gente sciente de que o edificio dos Correios de Aveiro, que conhecemos, é um palacio, comparado com a nossa miseravel e indecente estação!

Mas... os de Aveiro é que nos abrem os olhos.

Não anhem a dormir, isso não.

Quanto a lembrança do sr. Gil, para que a construção do edificio se faça no triangulo entalado entre a entrada da estrada de Braga (Proposto) e o prolongamento da rua de Palo Galvão, achamos excellentemente a ideia.

Mas o que nós devemos desajar primeiro é que o ex.º sr. Antonio Maria da Silva e o ex.º Ministro do

chinho de atenção e de-pois... lá viria o resto.

E' preciso que toda a imprensa de Guimarães secunde esta campanha, cuja iniciativa, é bom fazê-lo, se deve ao «Gil Vicente», e apelando para o concurso da Câmara Municipal e Associação Commercial é provavel que Guimarães seja atendida. Ou não?

Mãos a obra, vimaranenses! Acabemos com aquella vergonia! Digâmos todos a uma voz:

—**Abaixo a estação do Correio!**

—**Abaixo!**

A. R

A honestidade dos monárquicos

Do «Primeiro de Janeiro» de 12 do corrente, recortamos o seguinte telegrama:

«Coimbra, 11—Foi feita participação para juiz contra o capitão de cavalaria sr. Solano de Almeida, ex governador civil de Coimbra, arguido de ter desviado para outros fins 3:995 escudos, de importâncias destinadas a subsistências.—Lelo.»

Pelo que se vê, não é exclusivo de certos monárquicos de Guimarães o desvio para outros fins do dinheiro das subsistências: em Coimbra, o capitão Solano procedeu da mesma forma; é bom não perder de memória os roubos que, por toda a parte onde monárquicos geriram dinheiros públicos, se cometeram, para sabermos o que havemos de responder se algum, dia se atreverem a vir-nos pedir votos desses conspícuos cidadãos que reclamavam para si o exclusivo de *homens de bem e que tem de perder.*

Câmara Municipal DE GUIMARÃES

Sessão de 2 de Abril

Preside o snr. Mariano Felgueiras, sendo tomadas as seguintes resoluções:

Autorisar os fornecedores de carnes verdes a vender carnes aos preços seguintes:

Carne de 1.ª, \$10; idem de 2.ª, \$9; idem de 3.ª, \$7.

Escolas Moveis

Deliberou representar a Sua Ex.ª o Ministro da Instrução, pedindo a existência neste concelho de uma Escola Moveil, nos termos do Decreto n.º 5336 de 24 de Março de 1919, que regula a sua organização.

Balanço

Em depósito na Caixa Económica 22:000\$09
Em dinheiro no cofre 5:316\$14
Total 27:316\$14

Officos

Do meréssimo governador civil, deste distrito, participando ter tomado posse do cargo e assegurando à Câmara a mais lial e franca cooperação em tudo que dependa das suas attribuições officias. Inteirada, resolvendo agradecer.

Requerimentos

Um assinado de José Teixeira e outros paroquianos da freguesia de Urgeses, deste concelho, requerendo a ampliação da luz pública para aquella localidade. Deferido.

—De Manoel dos Santos, da fregue-

sia de S. João do Ponte, requerendo a applicação da multa em que incorren Francisco Lemos, por trazer 3 cabras a pastar em uma bouça sua propriedade. Manda-lo applicar a multa.

—De Domingos Ribeiro, da povoação das Taipas, requerendo o salário do mês de Fevereiro pelo trabalho da limpeza no matadouro. Tomado em consideração.

—De José Pacheco, da freguesia de Taboado, requerendo para assinar termo de responsabilidade para ter gado lanigero. Deferido.

—De António Ferreira, da freguesia de S. Cristóvão de Abação, requerendo o averbamento de fóros que arrematou perante a Inspeção de Finanças, deste distrito. Deferido.

—De António Francisco Mendes, da freguesia de Mesão-Frio, pedindo para colocar na campa n.º 194, quarterão 23 uma cruz de ferro com dizeres. Concedida.

—De Arlindo Vitor da Silva Moreira, da freguesia de Castelões, requerendo licença para reconstruir um prédio que possui naquela freguesia. Concedida.

—De Zeferino José Ribeiro Cardoso, da rua de S. Dâmaso, desta cidade, requerendo para proceder a obras no prédio que possui na Praça Dom Afonso Henriques, designado pelos numeros 45 a 52. Concedida.

—Concedeu varios subsidios de lação e expostos.

—Nomeou interinamente para um dos lugares vagos de zeladores, José Bastos.

—Resolven pedir a S. Ex.ª o Ministro do Comércio que seja mantida a cadeira de desenho ornamental.

—Resolven propôr ao concessionário da iluminação publica, o prolongamento da iluminação desta cidade a povoação das Taipas.

—Autorisou diversos pagamentos.

(Continuado do n.º 46)

E' necessario não protelar soluções; urge agir muito, porque a tarefa é vasta. E, embora a normalidade alterada ou melhor abolida pela guerra europeia que tantas vitimas e tantos sacrificios custou, não esteja ainda restabelecida, impõe-se a urgência de dar começo aos melhoramentos, pois com elles lucra a cidade desde o mais abastado, que nelles encontrará comodidades e exigências ha muito reclamadas, ao mais humilde que a par de todas as conveniências vão encontrar trabalho e nele meios para saciar a fome e vestir os seus filhos. E' uma grande obra a iniciar para que os continuadores da administração municipal não possam acusar nos de não prevenirmos as necessidades duma cidade tam populosa, tam industrial, tam laboriosa como Guimarães que tem jus a reclamar para si beneficios como tantas outras cidades tem auferido após a implantação da Republica. Será este um meio de confundir os nossos inimigos e impôr-lhes silencio, ao mesmo tempo que lhes revelaremos a superioridade das instituições republicanas que por snobismo, ignorância ou malvadez tem combatido.

A vereação tem necessidade de traçar o seu plano e uma vez elle resolvido, caminhar sem hesitações, sem tergiversações, com denodo na sua execução, não esquecendo que os melhoramentos só se apreciam depois de executados e que, por mais úteis e necessários que sejam, encontram sempre quem os combata e critique, quer seja por um desmedido orgulho ou estulta vaidade pessoal, quer pelo prazer de condenar tudo quanto por outrem seja idealizado.

Continúa.

Alcance do Celeiro

Devo chegar brevemente a esta cidade a Comissão de Sindicância aos celeiros do distrito de Viana do Castelo, que, pelo Ministério dos Abastecimentos, foi encarregada de vir sindicari o Celeiro Municipal deste concelho. Vamos, enfim, saber até onde vai a responsabilidade da Câmara sionista em tão grande escândalo.

ADELINO LEITE DE FARIA

compra, por altos preços, faianças antigas, sêdas, damascos, gravuras, joias, etc. etc,

R. Elias Garcia (antiga de Santa Maria, 55 - GUIMARÃES

Instrução

Está funcionando a comissão encarregada pelo Ex.º Ministro da Instrução, de elaborar a nova reforma do ensino primario. Foi superiormente determinado que os professores, que tenham quaisquer trabalhos organizados referentes á mesma reforma, poderão enviá-los, mas com urgência, á secretaria da Inspeção da Circunscrição Escolar do Norte, a fim de serem remetidos á comissão respectiva.

Ministro da Instrução

Esteve ontem, nesta cidade, e visitou o nosso Liceu, S. Ex.º o Ministro da Instrução, sr. dr. Leonardo Coimbra.

Obituário

A noticia do falecimento do nosso valioso correligionario e antigo vereador da Câmara Municipal, deste concelho, sr. Clemente Dias Pereira, surpreendeu-nos dolorosamente.

A triste ocorrência deu-se no dia 16 do corrente, pelas 7 horas e quando menos se esperava. O extinto foi vitima duma lesão cardiaca de que vinha sofrendo e naquelle dia o matou repentinamente. O seu funeral realisou-se na quinta-feira, em Guardizela, onde o extinto residia e foi muito concorrido.

Desta cidade foram assistir ao funeral, os srs. Presidente da Câmara, Mariano Felgueiras; Isidoro Alves Caramalho, administrador do concelho; António de Jesus Teixeira, José Fernandes Guimarães, Antonio Caires Pinto de Madureira, tesoureiro de finanças e Dr. Florêncio Lage.

O cadáver foi conduzido de casa á igreja, onde se realisaram os responsos, e finda esta cerimonia religiosa foi conduzido ao cemitério da referida freguesia acompanhado de muitas pessoas da sua intimidade e das relações da familia.

Ali, antes do cadaver ser dado á sepultura, falou o sr. Acácio Machado de Faria Oliveira, amigo intimo, do chorado morto, enaltecendo-lhe as qualidades, como pai extremosissimo e amigo dedicado, e referindo-se, em breves palavras, ao facto de conquanto existisse a doença que o vitimou, se tinham agravado mais os seus padecimentos quando viu partir para a guerra um filho que estremeçia, não porque lhe repugnasse que este fosse cumprir os seus deveres de honra, mas porque ia suprir a falta dum camarada desertor que não quiz ir combater os inimigos da Patria, mas apresentou-se nos ultimos dias dessa monarchia sem rei para combater os seus irmãos de armas. Que felizmente as balas inimigas pouparam o filho daquelle seu indito amigo, mas o destino não quiz que elle visse em realida-

de a fagueira esperança, que sempre alimentara, de estreitar num grande abraço o filho querido regressado do pavoroso teatro da guerra. No entanto que os seus amigos, e muitos, que contava saberiam apreciar o seu sacrificio exultando a sua memoria e que elle, orador, como um desses amigos, nunca o esqueceria, e com mais pungente saudade lhe dava o ultimo adeus.

«A Velha Guarda» presta homenagem a tão dedicado republicano que a morte implacavelmente acaba de arrebatara ao carinho da familia e ao convívio dos seus amigos, nunca esquecendo a sua dedicação e os seus serviços que prestou á causa republicana.

Sentindo o profundo desgosto da familia enlutada, acompanhámo-la na sua dor, endereçando-lhe, e particularmente, a seu filho Alvaro Dias Pereira, as nossas sinceras condolências.

Major Artur Melreles

Na visita da cidade de Braga, onde desempenhava as funções de comandante do 6.º B. da G. Republicana, ali aquartelado, faleceu no dia 14 do corrente, este distinto official e dedicado republicano.

A familia enlutada enviamos as nossas condolências.

Férias escolares

Por portaria de 16 do corrente, foram prolongadas as férias escolares até ao dia 27 inclusive.

GAZOLINA

Vende José de Oliveira Meira, rua de S. Dâmaso, 59.—Preço sem competência.

Companhia dos Banhos de Vizela

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Assembleia Geral

Por ordem do sr. Presidente da Assembleia Geral convidado os snrs. Acionistas desta Companhia a comparecer no salão da Associação Commercial de Guimarães, nesta cidade, no dia 4 de Maio próximo, pelas 11 horas, para, em assembleia geral ordinária, se dar cumprimento ao disposto em o n.º 1.º do artigo 18.º dos estatutos—discussão e votação do relatório e contas da gerência e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano findo de 1918.

Guimarães, 18 de Abril de 1919.

O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral,

Francisco Martins Fernandes